

Fux manda governo impedir aposta online com dinheiro do Bolsa Família

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, determinou nesta quarta-feira (13/11) que o Ministério da Fazenda adote medidas imediatas para impedir apostas online, conhecidas como bets, com recursos provenientes do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e demais benefícios sociais semelhantes.

Fellipe Sampaio /STF



Fux é relator de ações que questionam lei que regula apostas online

Fux também determinou que uma portaria do governo que veda a publicidade de sites de apostas voltadas a crianças e adolescentes passe a valer imediatamente. A proibição estava prevista para vigorar só a partir de janeiro de 2025.

O ministro analisou pedidos feitos em ações ajuizadas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pelo partido Solidariedade.

Ambos afirmam que a Lei das Bets ([Lei 14.790/2023](#)) viola o princípio da dignidade da pessoa humana, a proteção ao valor social do trabalho e a livre iniciativa.

Há ainda sob a relatoria do ministro uma terceira ação em que a Procuradoria-Geral da República [pede a declaração de inconstitucionalidade de diversos dispositivos](#) de normas que regulamentam as bets e que voltem a valer regras que consideram as apostas online de quota fixa ilegais.

A decisão

Segundo Fux, manifestações feitas na audiência pública convocada por ele no começo da semana apresentaram “evidências dos relevantes e deletérios” impactos da publicidade de apostas na saúde mental de crianças e adolescentes e no orçamento de famílias beneficiadas por programas sociais.

“Verifica-se que o atual cenário de evidente proteção insuficiente, com efeitos imediatos deletérios, sobretudo em crianças, adolescentes e nos orçamentos familiares de beneficiários de programas assistenciais, configura manifesto periculum in mora, que deve ser afastado de imediato, sob pena de a inaplicação de normas já editadas, até janeiro de 2025, agravar o já crítico quadro atual”, disse.

O caso foi enviado para referendo do Plenário do Supremo. A data para a análise ainda não foi marcada.

Na segunda (11/11), durante a audiência pública que ocorreu no Supremo para discutir as bets, Fux [já havia dado a entender que atenderia, ao menos em parte, pedidos contra as normas que regulamentam as apostas](#). Ele disse, na ocasião, que a Lei das Bets precisa de ajustes imediatos.

A última etapa da audiência ocorreu na terça (12/11). O encontro convocado na ação em que a CNC pede que seja declarada a inconstitucionalidade da norma pelo Supremo.

Clique [aqui](#) para ler a decisão ADI 7.721

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-nov-13/fux-manda-governo-impedir-aposta-online-com-dinheiro-do-bolsa-familia/>